



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO V – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E APOIO À
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ETA III – TURVO LIMPO, NO MUNICÍPIO DE
VIÇOSA/MG**

**VIÇOSA/MG
FEVEREIRO/2026**



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO V – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Nº _____

DATA: 11/02/2026

Folha
2/5

ANEXO V – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Disposições Gerais

1.1. O presente Anexo estabelece as condições, modalidades e critérios para prestação da Garantia de Execução Contratual a ser apresentada pela empresa vencedora da licitação destinada à contratação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da ETA III – Turvo Limpo – Viçosa/MG, conforme Termo de Referência.

1.2. A garantia de execução contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, abrangendo todas as responsabilidades técnicas, administrativas, operacionais e acessórias previstas no contrato.

1.3. A prestação da garantia constitui condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A garantia não substitui as penalidades contratuais previstas no instrumento contratual, podendo ser executada sem prejuízo da aplicação de multas e demais sanções administrativas cabíveis.

2. Valor e Vigência da Garantia

2.1. A Garantia de Execução Contratual corresponderá a **10% (dez por cento) do valor total do contrato**, conforme previsto na legislação vigente.

2.2. A garantia será calculada com base no valor efetivamente contratado.

2.3. Caso o valor contratado seja inferior ao valor máximo estimado, a garantia será calculada sobre o valor efetivamente contratado.

2.4. A garantia deverá permanecer válida durante todo o prazo de execução contratual, incluindo eventuais prorrogações, estendendo-se até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, acrescido de prazo suficiente para cobertura de eventuais responsabilidades remanescentes da contratada.

2.5. Sempre que houver prorrogação contratual, a contratada deverá comprovar a prorrogação da vigência da garantia.

3. Modalidades de Prestação da Garantia

3.1. A garantia deve ser prestada em uma das modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil;
- III. Seguro-garantia emitido por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP.

3.2. A modalidade escolhida deverá assegurar cobertura integral das obrigações assumidas no contrato.

3.3. No caso de seguro-garantia, a apólice deverá:

- I. identificar expressamente o contrato e o objeto;
- II. indicar o valor garantido;
- III. manter vigência durante todo o prazo contratual;
- IV. prever cobertura para inadimplemento contratual, inclusive multas aplicadas e não quitadas



TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO V – GARANTIA DE EXECUÇÃO
CONTRATUAL

Nº _____

DATA: 11/02/2026

Folha
3/5

- V. cobertura para inadimplemento contratual, inclusive multas aplicadas e não quitadas, bem como obrigações trabalhistas, previdenciárias e indenizações decorrentes da execução do contrato, quando aplicável.

3.4. Cláusula Padrão para Seguro-Garantia

A garantia prestada na modalidade seguro-garantia deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes condições:

I – A apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

II – A apólice deverá indicar expressamente:

- o número do contrato administrativo garantido;
- o objeto da contratação;
- o valor segurado, correspondente ao percentual exigido neste Anexo;
- o prazo de vigência, compatível com o prazo contratual, incluindo eventuais prorrogações;

III – O seguro-garantia deverá garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, abrangendo, no mínimo:

- inadimplemento total ou parcial do contrato;
- multas contratuais aplicadas e não pagas;
- prejuízos causados à Administração decorrentes de falhas na execução;
- obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato, quando aplicável;

IV – A apólice deverá prever cláusula de pagamento direto à Administração Pública, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a caracterização do sinistro;

V – Não será admitida apólice que contenha:

- cláusulas de exclusão de cobertura incompatíveis com o objeto da contratação;
- condicionantes que dificultem ou impeçam o pagamento da indenização;
- necessidade de trânsito em julgado ou decisão judicial para execução da garantia;

VI – A apólice deverá prever a manutenção de sua validade enquanto houver obrigações pendentes da contratada, inclusive após o término da vigência contratual, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

VII – Em caso de prorrogação do contrato, a contratada deverá promover a prorrogação da apólice, sem interrupção da cobertura;

VIII – A Administração poderá recusar apólice que não atenda integralmente às exigências deste Anexo, devendo a contratada apresentar nova garantia no prazo estabelecido;

IX – A seguradora deverá renunciar expressamente aos benefícios de ordem previstos no Código Civil, quando aplicável, garantindo a imediata exigibilidade da indenização;

X – Aplicam-se subsidiariamente ao seguro-garantia as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as normas expedidas pela SUSEP.

4. Apresentação e Condições de Aceitação



TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO V – GARANTIA DE EXECUÇÃO
CONTRATUAL

Nº _____

DATA: 11/02/2026

Folha
4/5

4.1. A garantia deverá ser apresentada pela adjudicatária no prazo estabelecido no Edital, como condição prévia à assinatura do contrato.

4.2. A Administração procederá à análise formal da garantia apresentada, verificando:

- I. conformidade do valor com o percentual exigido;
- II. adequação da vigência;
- III. identificação correta do contrato;
- IV. regularidade formal do instrumento apresentado.

4.3. A ausência da garantia, sua apresentação em valor inferior ao exigido ou com vigência insuficiente impedirá a assinatura do contrato e ensejará a convocação da licitante subsequente, sem prejuízo da execução da garantia de proposta, quando aplicável.

4.4. A garantia somente será considerada válida após manifestação formal de aceite pela Administração.

5. Renovação, Reforço e Substituição da Garantia

5.1. A contratada deverá promover a renovação da garantia sempre que houver prorrogação do prazo de vigência do contrato, de modo a assegurar cobertura integral durante todo o período contratual.

5.2. Na hipótese de acréscimo do valor contratual, a contratada deverá reforçar a garantia, mantendo-se o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

5.3. A não apresentação da renovação ou do reforço da garantia no prazo estabelecido ensejará:

- I. suspensão de pagamentos, observado o devido processo administrativo;
- II. aplicação de penalidades contratuais;
- III. rescisão contratual por inadimplemento;
- IV. execução da garantia existente, quando cabível.

5.4. A garantia poderá ser substituída por outra modalidade prevista na legislação, desde que:

- I. haja solicitação formal da contratada;
- II. não haja interrupção da cobertura;
- III. a nova garantia seja previamente aceita pela Administração.

6. Execução da Garantia

6.1. A execução da garantia será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A garantia será executada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- I. inexecução total ou parcial dos serviços contratados;
- II. descumprimento de obrigações técnicas, administrativas ou contratuais;
- III. paralisação injustificada dos serviços;
- IV. rescisão contratual por culpa da contratada;
- V. aplicação de multas contratuais não quitadas no prazo estabelecido;



TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO V – GARANTIA DE EXECUÇÃO
CONTRATUAL

Nº _____

DATA: 11/02/2026

Folha
5/5

VI. danos causados à Administração decorrentes de falha na execução dos serviços.

6.2. A execução da garantia não prejudica a aplicação de outras sanções administrativas previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

6.3. Caso o valor executado da garantia não seja suficiente para cobrir os prejuízos apurados, a contratada permanecerá responsável pela diferença.

6.4. Após eventual execução parcial da garantia, a contratada deverá recompor seu valor original no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou outro prazo fixado pela Administração.

7. Liberação da Garantia

7.1. A garantia será liberada após:

- I. conclusão integral dos serviços contratados;
- II. emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- III. inexistência de pendências técnicas, administrativas ou financeiras.

7.2. A liberação dependerá de manifestação formal da fiscalização do contrato, atestando o cumprimento integral das obrigações.

7.3. No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração emitirá declaração formal autorizando sua baixa.

8. Disposições Finais

8.1. A garantia de execução contratual não substitui seguros obrigatórios que eventualmente devam ser contratados pela empresa para cobertura de responsabilidade civil profissional.

8.2. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos arts. 96 a 105 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento na legislação vigente e nas cláusulas contratuais. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos arts. 96 a 102 e 137 da Lei nº 14.133/2021